
ENTREVISTA

“TEMPO DE MUITA LUTA” ENTREVISTA COM ADOLFO MARIA

Noemi Alfieri  

Universidade Nova de Lisboa

Há alguns anos, encontrava-me com Adolfo Maria na Biblioteca Nacional de Portugal. Estávamos em fevereiro de 2020, e a ponte foi feita por Cláudio Fortuna que, nas nossas conversas sobre as pesquisas em curso, teve a ideia de pôr-me em contacto com o intelectual e combatente angolano. Nessa longa e generosa conversa de mais de uma hora (aqui resumida numa versão revista com o próprio), Adolfo Maria, longe de focar-se numa autocelebração do seu legado, não poupou sugestões e dicas, com aquele jeito que só os mais velhos conseguem ter. Falámos de debates intelectuais, formas de conceber a relação entre história, libertação e cultura, mistificações e, enfim, de como a vivência do espaço público moldou a sociedade angolana. Contou a sua versão dessa história com entusiasmo, atenção ao detalhe e – como poderão constatar ao longo da entrevista – com sentido crítico, atento para as contradições da época. Empenhado na luta de libertação de Angola, Adolfo Maria foi colaborador da revista *Cultura II*. Preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) em 1959, seguiu, em 1962, para Argel. Na Argélia, teve um papel ativo no Centro de Estudos Angolanos (CEA), conjuntamente com Henrique Abranches, Artur Pestana (Pepetela) e Edmundo Rocha, entre outros.

Adolfo Maria nasceu em Luanda em 1935. Participou na Luta de Libertação de Angola, tendo também papéis de destaque em âmbito cultural e intelectual. Participou ativamente da redação do jornal *Cultura II*, ligado à Sociedade Cultural de Angola (SCA), em Luanda.

Em 1959, foi preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), polícia política portuguesa, que atuava também nos territórios coloniais através das suas delegações. Como lembra Fábio Baqueiro Figueiredo, em 1961 foi para Lisboa, onde proferiu uma conferência na Casa dos Estudantes do Império (CEI) e conseguiu entrar em contacto com Marcelino dos Santos e Mário Pinto do Andrade, ambos no exílio em Paris.¹ Na época, a PIDE perseguia todos aqueles que, sobretudo nas elites coloniais, estivessem envolvidos em projetos de independência e autonomia de Angola, ou simpatizantes de partidos comunistas ou de inspiração marxista. Isso tinha a ver tanto com a gestão dos territórios coloniais, como com a repressão exercida pelo regime salazarista em Portugal, onde, no início da década de 1960, as prisões políticas e a censura não acenavam a abrandar. Naquela época, os jovens ativistas angolanos eram perseguidos tanto pela suposta pertença ao Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), como pela pertença ao Partido Comunista Angolano (PCA), que não passou de uma fase embrionária. A CEI foi relevante tanto porque acolheu inúmeros resistentes anticoloniais de passagem por Portugal, como pelo fato de que a sua produção cultural, com destaque para a literária e ensaística, debatia questões identitárias e políticas. Nesse contexto, ela entrou em diálogos, por vezes conflituosos, com outras iniciativas culturais e editoriais, como a Imbondeiro, sediada na Huíla, na atual cidade do Lubango. A Imbondeiro, de que falei noutros contextos, teve imensa fortuna editorial, mas propunha uma atitude muito diferente para com a abordagem à cultura e os assuntos de libertação do regime salazarista e do seu aparato em Angola.²

1 Fábio Baqueiro Figueiredo, *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, .

2 Essa pergunta teve origem no meu interesse nos pontos de contatos e das tensões no panorama editorial em Angola na época. Tenho tratado de questões específicas da Imbondeiro, e das suas contradições internas, em alguns textos, entre os quais: Noemi Alfieri, “Publicações Imbondeiro: como a editora circulou e foi encerrada pela PIDE. Entrevista a Leonel Cosme”, *ABEÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 7 n. 7 (2022), pp. 159-170; e Noemi Alfieri, “A Imbondeiro. Circulações e repressão colonial na Huíla” in Alfagali, Crislayne Gloss Marão, Flores, Marilda dos

Adolfo Maria, esclarecendo o seu posicionamento nesse contexto específico, forneceu informações preciosas sobre projetos editoriais, censuras, o contexto luandense e, de uma forma mais generalizada, a resistência anticolonial. Maria seguiu para Argel em 1962, tentando fugir à vaga de prisões e deportações – com destaque para o Campo de Chão Bom, no Tarrafal, em Cabo Verde – de camaradas e colegas, como os escritores Luandino Vieira, António Jacinto e António Cardoso. Na Argélia, teve um papel ativo no Centro de Estudos Angolanos (CEA), conjuntamente com Henrique Abranches, Artur Pestana (Pepetela) e Edmundo Rocha, entre outros. Dirigiu também a Rádio Angola Combatente³ e esteve envolvido, em 1974, na “Revolta Activa”, um movimento de fracionamento interno ao MPLA que, em parte, era o resultado de divisões internas de longa data. Essa fase, muito polêmica na história do país, levou-o a viver em fuga logo após a independência. Em 1979, foi expulso de Angola. Desde aí, vive em Portugal, tendo conseguido ter passaporte angolano nos anos 1990. Todas essas questões são amplamente relatadas em vários livros autorais de Maria, com destaque para os três volumes: *Angola: sonho e pesadelo* (2014), *Angola: Contributos à reflexão* (2015) e *Angola a Hora da mudança* (2019).⁴

Esta entrevista foi revista pelo o autor (e com o autor) entre 2021 e 2022.⁵ Diferentemente de outras que foram realizadas anteriormente, ela

Santos Monteiro das, Lima, Priscila Henriques & Nascimento, Washington (Org.), *Brasil e Áfricas. Redes, Circulação Cultural e trânsitos artísticos* (Rio de Janeiro: Autografia, 2024), pp. 309-328.

3 Cláudio Fortuna, “Entrevista com Adolfo Maria”, 25 nov. de 2019, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. A Rádio Angola Combatente emitia comunicados de guerra, propaganda nacionalista e também programas culturais, em diferentes línguas angolanas, desde o vizinho Congo-Brazzaville, durante a luta armada. Era ouvida em Angola, de forma clandestina, em boa parte do território.

4 Adolfo Maria, *Angola: sonho e pesadelo*, Lisboa: Colibri, 2014; Adolfo Maria, *Angola: Contributos à reflexão*, Lisboa: Colibri, 2015; Adolfo Maria, *Angola: a Hora da mudança*, Lisboa: Colibri, 2019.

5 Realizada em Lisboa, na Biblioteca Nacional de Portugal, em fevereiro de 2020, revista em colaboração com a autor. A entrevista foi inicialmente incluída na minha tese de doutoramento: Noemi Alfieri, *(Re)Construir a identidade através do conflito. Uma abordagem às Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (1961-1974)*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020, 22.

foca-se especificamente no testemunho de Adolfo Maria enquanto homem de cultura, pedindo a sua colaboração para uma perspetiva complexa e diversificada sobre as polémicas literárias da época, que muito tinham a ver com as lutas que se travavam, bem como com divisões internas, com disparidades de visão e de condições, com concepções distintas sobre o futuro de Angola.

Noemi Alfieri: Nos primeiros anos 1960, houve um debate entre a *Imbondeiro* e a *Mensagem* da CEI sobre quem é que seria o discípulo da *Cultura*...

Adolfo Maria: *Mensagem*, claramente.

NA: [risos]

AM: Não, claramente, mas aí porque é uma vivência minha. Bom, se entrevistar o Luandino, ele também confirmará isso. Aliás, nas próprias obras do Ervedosa⁶ sobre literatura também transparece isso.

6 Carlos Ervedosa (1932- 1992) nasceu em Luanda. Apesar da sua formação em geologia e da sua atuação profissional e académica como arqueólogo, ficou especialmente conhecido pela sua atuação como editor e crítico literário. A partir de 1958, a sua ação junto da seção editorial e cultural da CEI, de que chegou a presidir a Direção e a Assembleia Geral, foi marcante no sentido da dinamização e crítica ao regime português no que dizia respeito às questões coloniais e os seus reflexos nas políticas culturais. Na CEI, dirigiu a *Mensagem* e a Coleção de Autores Ultramarinos (conjuntamente com Fernando Costa Andrade, escritor angolano). Crítico da política lusotropicalista, assimilacionista e violenta do regime salazarista, Ervedosa foi um dos primeiros críticos que trabalharam no sentido de sistematizar e teorizar sobre a literatura angolana. Em *A Literatura Angolana*, Ervedosa tentou traçar um percurso histórico de uma literatura que ainda era proibido definir como tal, pena as perseguições da PIDE. O crítico e editor envolveu-se, também, em polémicas acesas com Leonel Cosme, através das páginas do *Boletim* da CEI. Ervedosa teve, ainda, um papel fundamental na circulação de obras de escritores angolanos e, de uma forma mais geral, africanos em Portugal, tendo-se encarregado frequentemente de transportar cópias físicas dos manuscritos. Cf. Carlos Ervedosa, *A Literatura Angolana*, Lisboa: CEI, 1963.

Quais eram os fatos: no *Cultura II*, a partir dos anos 1950 há uma nova direção com o presidente Eugénio Ferreira e outros progressistas portugueses, daqui de Portugal. Eles solicitam a colaboração de angolanos, e é aí que entramos o António Cardoso, o José Graça, que será depois o Luandino, eu próprio, depois o Guerra (o Henrique Guerra)⁷, o Benúdia. Depois aparecem mais colaboradores como Arnaldo Santos e a indicação vem através do Mário António e do António Jacinto. Nós tínhamos uma espécie de tertúlia literária (o José Graça, o Luandino, eu e o Cardoso) no café Montecarlo discutíamos com os mais-velhos, neste caso o Jacinto. O Jacinto vinha do *Mensagem*, não é? Portanto, no fundo a *Cultura* é uma retomada, agora já num outro contexto, num contexto já com forte pendor político, uma retomada cultural – e também nacionalista, é evidente, agora mais intencional porque o contexto político é outro, já há fermentação política. Portanto, o *Cultura* nasce neste contexto, e seria o continuador do *Mensagem*.

Mais tarde, quer dizer, já depois de o *Cultura* se ter afirmado, aparece o *Imbondeiro*. O *Imbondeiro* é heterogéneo. É um projecto sobretudo literário e cultural, mas sem as marcas nacionalistas e sem os objectivos políticos, ao fim e ao cabo, que tinha o *Cultura*. Agora, paralelamente à atividade do *Cultura*, nós tínhamos contactos com a Casa dos Estudantes do Império: o Ervedosa ia a Angola, etc.... e, portanto, muito do material que nós recuperámos, que estivemos a bater à máquina com várias cópias (cópia de papel químico, naquele tempo era assim)... foi na base disso que a Casa dos Estudantes do Império fez

7 Henrique Lopes Guerra (1937-2023) foi um escritor e artista plástico angolano. Esteve preso, inicialmente, entre 1962 e 1963, tendo sido perseguido até a Independência e preso cerca de oito anos nas cadeias de Caxias e no Aljube (Lisboa). Colaborou com a revista *Cultura*, da Sociedade Cultural de Angola (SCA), com a *Mensagem* (CEI) e com o *ABC, Diário de Angola*, entre outros. Publicou *A cubata solitária*, pela Imbondeiro, em 1962. Em 2014, na entrevista “Eu sonhava com uma Angola mais solidária”, concedida a Pedro Dias, publicada em *VOA Português*, em 16 de março de 2014, fez uma retrospectiva sobre a sua contribuição para o seu país. Foi um dos fundadores da UEA (União de Escritores Angolanos) e um dos membros fundadores da União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP). Em 2014 publicou, pela UEA, a obra *O Tocador de Quissanje*, escrito nos anos da prisão e cujo manuscrito foi conservado durante várias décadas pela crítica angolana Irene Guerra Marques.

os *Cadernos*,⁸ para além daqueles que ela própria produziu, por angolanos que estavam na Casa dos Estudantes do Império. A reedição de obras de Viriato⁹ ou de Jacinto aconteceu precisamente porque nós fomos buscar este espólio e tínhamos esta colaboração, que não era uma colaboração institucional, longe disso, era uma colaboração até semiclandestina.

Repare que a Sociedade Cultural fica morta... Ela é assassinada definitivamente em 1965, mas ela fica morta a partir de 1961-1962, não é? A Sociedade Cultural continuou, mas o *Cultura*... a partir de aí, isso acabou. Por quê? Porque o nosso combate cultural...

Vamos lá ver, você tem diante de si uma pessoa que fez o combate cultural, político e armado pela independência de Angola, bom. O Luandino fez o combate cultural e político porque não pôde fazer mais, ficou preso, bom... e por aí fora.

Portanto, digamos, a luta pela independência e pela libertação teve estas três fases: cultural, política e armada. E a política teve de se transformar em armada por causa da repressão, porque já não havia saída. É aí, nessa ocasião, quando se passa para o combate armado, que a luta de libertação passa a ser dirigida do exterior. O combate cultural, digamos, mais institucionalizado, ou pelo menos refletido em instituições e em publicações, termina com o fim do *Cultura*. Mesmo antes disso, o primado

8 Maria refere-se aqui, provavelmente, aos 22 volumes que compuseram a “Colecção de Editores Ultramarinos”, publicados entre 1960 e 1965 e que foram recentemente reeditados pela UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), contando com um volume adicional, ensaístico, de autoria de Inocência Mata, *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*, UCCLA: Lisboa, 2015. De realçar que todos os volumes publicados na época foram escritos por homens, com uma predominância da poesia e de autores angolanos.

9 Viriato da Cruz (1928-1973) foi um poeta e político angolano. Ligado ao movimento “Vamos descobrir Angola”, esteve também na fundação do PCA (Partido Comunista Angolano), tendo igualmente participado da fundação do MPLA. Conjuntamente com Mário Pinto de Andrade, residiu em Paris, onde em 1957 participou também da fundação do MAC (Movimento Anti-Colonialista). Os seus *Poemas* foram publicados na “Colecção de Autores Ultramarinos” da CEI, em 1961, sendo “Namoro” um dos mais conhecidos poemas da literatura angolana da época. Em 1962, abandonou o cargo de Secretário do MPLA, para deixar o lugar a Agostinho Neto, já detidos várias vezes pela PIDE. Afastou-se por divergência do Movimento no ano seguinte, instalando-se sucessivamente na China. Morreu em Pequim em 1973.

cultural desaparece em função do político, quando nós somos todos presos em 1959. A partir daí, o primado do político impõe-se (embora ele fosse sempre subjacente no cultural), alguns indivíduos abandonámos definitivamente o combate cultural e passámos ao combate político. Em termos de combate: a *Imbondeiro* não participou neste combate, quer dizer, participará indiretamente, na medida em que publicará e dará voz a alguns autores. Mas o projecto *Cultura* é um projecto político-cultural.

As coisas depois começam a passar-se em simultâneo, porque há o crescendo do movimento de independência que se faz em vários sítios: no exterior do país, em polos como Lisboa, em Paris, no Congo-Kinshasa: no meio dos emigrados angolanos. Cá fora repercute o que se passa lá dentro [em Angola]: daí que a Casa dos Estudantes do Império, que tem um papel importante, e nas ligações com o interior, que está organizado e que produz panfletos em grupos organizados, em atividades que levam à prisão.

Aqui há um certo desfasamento temporal: enquanto as prisões começam lá [em Angola] em 1959, aqui [em Portugal] a grande atividade da CEI é de 1957 em diante, e é a partir de 1959 que ela começa a organizar-se politicamente. O mesmo sucede no exterior, porque o MPLA não foi fundado em 1956, como dizem. Foi fundado em 1960, isto está mais que esclarecido.¹⁰

É evidente que não tento, porque já não tenho idade para isso, sobrevalorizar mais aspectos do que outros. Porque a mim, o que me interessa, o que para mim é fundamental, é que a narrativa histórica seja o mais próximo do real. E nós temos sido objecto de uma mistificação extraordinária, não é? Sobretudo na parte política, na história do nacionalismo há

10 O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) surgiu em dezembro de 1960 na Conferência Pan-Africana de Túnis por iniciativa de nacionalistas no exílio e veio a congregar um conjunto de agrupamentos clandestinos que vinham se desenvolvendo de forma mais ou menos autónoma, principalmente em Luanda e seu entorno. Em 1975, assumiu o poder após a retirada dos portugueses, enfrentando a oposição armada de movimentos nacionalistas rivais. As divergências sobre a data de fundação do MPLA (oficialmente, 1956) refletem a disputa por legitimidade entre os diferentes movimentos nacionalistas.

os heróis e os bandidos, não é? Eu já fui bandido, agora volto a ser pelo menos, senão herói, ao menos bom rapaz.

NA: Ao mesmo tempo, há uma circulação. Estava a pensar figura do Mário António, que também foi fundamental na *Imbondeiro*: foi curador da *Antologia Poética Angolana*. Como é que estas vertentes distintas, estes projectos que são completamente diferentes entre eles, se integram?

AM: Primeira questão: o Mário António foi um grande ativista nacionalistas e esteve no cerne do *Mensagem* e do primeiro Partido Comunista Angolano com Jacinto, com Ilídio Machado, com Viriato da Cruz, com o Manuel dos Santos que depois é trazido para o nosso segundo partido comunista de 1957. O Mário António e o Jacinto não colaboravam directamente com o *Cultura*: eles estavam numa espécie de “sabática” à espera de diretivas políticas do Viriato. Entretanto, o Mário António, o Jacinto e eu fomos presos no mesmo dia de outubro de 1959. A polícia nos prendeu para ver qual era a ligação entre o antigo partido comunista (de que Mário António e o Jacinto faziam parte) e o novo partido comunista (de que eu fazia parte).

Enquanto Jacinto, ao fim de uma semana, saiu, o Mário António só saiu comigo. A gente encontrou-se na cadeia. O Mário António estava muito desiludido, e a partir daí dedicou-se só à actividade cultural. E mais: a ponto de colaborar com o jornal da União Nacional, o *Diário da Manhã*. Ele abandonou a luta política. Agora, continuou com a sua atividade cultural, e era uma pessoa muito inteligente e muito estudiosa. Ele produziu ensaios muito importantes sobre a literatura angolana e sobre a própria sociedade, que ele chama de “crioula”. Os assimilados não gostam nada do termo,¹¹

11 A questão da “crioulidade” sempre foi muito polémica em Angola. Neste caso, a referência aqui é a tese de Mário António de Oliveira segundo a qual a moderna sociedade angolana seria crioula, fruto da miscigenação entre diversas etnias locais e europeias. A tese, na época, não foi bem recebida pelos seus pontos de aderência com as teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre, de que o regime salazarista se apropriou, na tentativa de justificar a colonização e a sua permanência em territórios ocupados. Na sociedade colonial, os “assimilados” eram todos os membros da população local que abdicassem dos elementos principais da sua cultura para

mas de facto são semi-crioulos, pelo menos. Mas, nesta fase, o que interessava era ser super autêntico e não ter misturas, nem biológicas nem culturais, embora toda aquele elite negra assim seja. Porque é uma série de negros que tem remotamente antepassados brancos, não é?

No livro de Eugénia Rodrigues, “A Geração Silenciada”, está lá tudo sobre o historial das grandes famílias angolanas. Quer dizer, quando a gente vê hoje os Manguelras, os Costas, os Van-Dúnem... eles, naquelas grandes associações africanas que se foram formando, ou no jornalismo do século XIX, estão lá. E foram cruzamentos de famílias a vários níveis. Eu por acaso, neste meu último livro *Angola, a hora da mudança*, senti-me obrigado a fazer um texto sobre: “Angola, que país?”, que é precisamente para mostrar o papel dirigente e fundamental que esta elite que está no poder tem, na modernidade do país e na formatação da própria sociedade angolana.

Fechado este parêntese, era para dizer que de facto o Mário António fez vários estudos, inclusive de ordem sociológica, e que – não se pode extrapolar, porque no entretanto as sociedades evoluíram – mas, naquele tempo, em 1935, eu nasci num sítio onde não havia asfalto, não havia ruas, era areal, ao pé da lagoa do Quinaxixe.

Portanto, nesse tempo, numa sociedade colonial que, por essência, por definição, é violenta – mas violentíssima –, e eu assisti à parte mais violenta do colonialismo. Ele, depois, face à resistência, passou a ter outro comportamento. Eu, quando era miúdo, vi o chicote e a palmatória sobre os chamados indígenas. Mas também, há uma interacção: as famílias, os fulanos que moram no mesmo bairro (às vezes com cores diferentes) e as alianças que se formam, digamos, matrimoniais e por aí fora. Com toda a alienação de uma sociedade colonial, não é? Em que o mestiço quer aparentar ser branco, e por aí fora. Bom, está a pensar em quê? Está a correlacionar com quê?

aderir às normas culturais, sociais e religiosas portuguesas. Os assimilados teriam, portanto, acesso (pelo menos formal) à instrução, à língua e a uma série de meios da sociedade colonial, não significando, porém, que estariam de forma alguma em condição paritária com os colonos. O Ato Colonial de 1954 regulou e restringiu os requisitos de acesso para gozar do estatuto de assimilado.

NA: Estava a pensar nas dinâmicas de interação étnica e racial, e de como estas interagiam com a questão de classe. Porque é óbvio que nestas sociedades, apesar da opressão e das injustiças que as marcavam, as pessoas interagiam, relacionavam-se...

AM: E há terrenos de convívio, atenção. Por exemplo, vamos ver: quando nós formos ver os movimentos de libertação, como é que há brancos na luta de libertação se eles fazem parte da comunidade privilegiada? Ora, a comunidade privilegiada também era segmentada em classes. Mas não é por isso: havia espaços de convívio. Um deles era a escola. De facto, a discriminação era em relação aos indígenas. Em relação ao sector assimilado, não havia. Quer dizer, nos bancos da escola estavam negros, brancos e mestiços. No Liceu também. É evidente que maioria era branca, o que estava de acordo com a distribuição das posses e tudo isso.

Mas, por exemplo, quando foi criado o ensino gratuito secundário na Escola Comercial e Industrial, já a maioria passou a ser negra. E mais, no meu tempo no Liceu de Luanda predominavam os brancos. Mas quando ele foi fundado, em 1919, predominavam o Américo Boavida, o Agostinho Neto, os irmãos Bessa Vítor, portanto pelo menos metade seria negros. Isto também está relacionado com os fluxos de imigração portuguesa, que depois do *boom* do café, depois da Segunda Guerra Mundial, cresce vertiginosamente. Aliás, há um contraste enorme. Eu nasci em 1935, portanto eu hoje, vendo uma foto de 1920, com aqueles sobradões da Baixa, eu reconheço, porque aquilo se arrastou até os anos 1940. Luanda começa a transformar-se com o *boom* da cotação do café. Então começam a crescer as vivendas, começa a crescer a população branca, aparecem as estradas asfaltadas e por aí fora.

Isto para dizer o quê? Terrenos de convívios: o Liceu, e por vezes o bairro, onde jogávamos futebol e tudo isso, e daí irmos às casas uns dos outros, nalguns casos. A própria cidade, se a periferia era maioritariamente negra (a 90 e tal por cento), tinha alguns mestiços e também alguns

brancos. Quais? Comerciantes. Depois havia aquela zona intermédia, onde eu nasci: o Makulussu, entre o Sambizanga e as Ingombotas, e essa zona tinha famílias da pequena burguesia negra e mestiça e brancos remediados como o meu pai. Nas Ingombotas, na parte dita “branca”, moravam famílias africanas, basta ler o livro do Mário Pinto de Andrade, da mesma maneira que nos Coqueiros. Portanto a própria geografia da cidade não era daquela maneira digamos maniqueísta que... eu acho que isso é o resultado da evolução da colonização, e própria colonização portuguesa, porque o aparelho administrativo português não era forte para poder impor segregações. Aliás, vai-se ver as descrições de Luanda do fim do século XIX e do princípio do século XX (Aida Freudenthal tem boas descrições disso). Há separação, mas também há zonas de convívio e de interação, na medida em que há casais mistos, de brancos com negras, muito mais raro negro com brancas (que isto já foi dois ou três casos: os Boavida, por exemplo).

NA: Voltando a este tipo de dinâmicas raciais e aos jornais, temos o *ABC* que, disse numa entrevista, era um meio em que havia brancos e “mestiços”, certo?¹²

AM: O *ABC* aparece em meados dos anos 1950. É um projecto, digamos, empresarial, tal como eram o *Comércio de Luanda* ou *A Província de Angola*. Aí, predominam empresários nascidos em Angola ou da oposição, e o diretor (Machado Saldanha), mesmo não sendo diretamente da oposição...

Eu trabalhei com ele, o Acácio Barradas e o Adelino Torres, que era muito jovenzinho, não é... Bom, o *ABC* começa a ter colaboração de indivíduos que escreviam para o *Cultura*: desde o Bobela da Mota, o Edmundo Gonçalves, eu próprio (na altura fazia uma crítica de cinema, porque era do Cineclube), e isso passa-se entre 1960, 1961 e 1962. De aí para diante eu não posso mais falar do *ABC*, mas sei por outras investigações jornalísticas que depois degenera e fica o porta-voz dos setores coloniais mais reacionários.

12 Recorri, no contexto em que foi realizada a entrevista, aos termos utilizados na época, e invocados pelo próprio Adolfo Maria quando descrevia o contexto social na época.

Ao passo que naquela ocasião (conheci por exemplo, Américo Aleixo, eu trabalhei na CAOP)¹³ havia uma burguesia colonial que era pró-independência, isto a nível de Luanda e Benguela.

Havia uma parte da burguesia colonial que era pró-independência: mas atenção, não era a mesma. Ela concebia uma independência das elites. Ela não era segregacionista, era elitista, pelo menos, ao passo que por exemplo o Venâncio Guimarães Sobrinho, do Lubango, era modelo África do Sul ou Rodésia.

No caso de Luanda, tudo isso conjugou para o *ABC*, a um momento dado, ser até um jornal muito lido no meio africano, porque procurava, no meio daquela censura tremenda, falar de assuntos proibidos (tenho uns escritos sobre isso). Éramos objecto de uma vigilância da censura, e da PIDE, terrível. Acho que não posso bem situar, mas a época em que o *ABC* se torna credível perante a população africana, ou qualquer outra de pendor nacionalista, seria entre 1960 e 1963.

NA: O biénio 1964-1965 representa uma viragem. Para além da SCA, em 1964, temos o escândalo de *Luuanda* e da SPE,¹⁴ em 1965. Há uma viragem do *ABC* (na “Tribuna dos Musseques”, com as infiltrações da PIDE), no mesmo ano a *Imbondeiro* é encerrada. Estes projectos, que tinham visões

13 Acrônimo de “Companhia da Africa Ocidental Portuguesa”, que se ocupava da exploração agrícola.

14 A atribuição, em 1965, do Grande Prémio de Novelística da SPE (Sociedade Portuguesa de Escritores) a *Luuandai*, de Luandino Vieira (então detido no campo prisional de Chão Bom, Tarrafal–Cabo Verde) causou um grande escândalo concertado, sobretudo, pela propaganda do regime. Se, dentro do júri, houve quem não considerasse adequado o uso das palavras kimbundu nos contos – e, portanto, as línguas africanas na escrita literária –, a repressão da PIDE demonstrou quão perigosa a representação literária da realidade angolana fosse para a sobrevivência do regime colonial em Angola. Na noite de 21 de maio de 1965, a sede da SPE foi assaltada e saqueada pela polícia política, que pichou a porta de entrada com a já famosa frase “Agência dos Terroristas na Metrópole”. A SPE foi encerrada, e os membros do júri presos e interrogados pela PIDE. O regime orquestrou, nas semanas seguintes, manifestações de repúdio à obra e aos resultados do concurso por meio da imprensa periódica. Luandino Vieira, a partir de Cabo Verde, só se inteirou mais tarde da premiação por causa da censura da então direção do presídio. Os acontecimentos têm sido abordados em detalhe em: Francisco Topa, “*Luuanda* há 50 anos. Críticas, Prémios, Protestos e Silenciamentos”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2014.

diferentes (mais ou menos elitistas, pela independência, autonomia ou revolução, parcialmente segregacionistas ou não) são arrasados pela política do regime. Foram todos aniquilados, prescindindo do facto que alguns fossem mais radicais, tendo ligações mais fortes com ideais marxistas, e outros no fundo serem projectos, de alguma forma, para a preservação e continuidade de uma elite colonial no país.

AM: Sim, pois, ou até de uma solução, mesmo que fosse independência, não tão radical como era posta já pela luta armada. Eu creio que isso corresponde à retomada da iniciativa militar e política do regime português em Angola. Vamos lá ver: a partir de 1964, a guerrilha está neutralizada. Há grupos da UPA,¹⁵ mas já dispersos, no Norte. Nós, MPLA, estamos remetidos à fronteira de Cabinda, e, portanto, é o tempo da ofensiva. Agora, quer dizer, não vamos deixar que algo renasça aqui. O regime sente-se com força para pôr em sentido toda e qualquer manifestação de liberalização, ou anuimento com uma veleidade de autonomia e de independência. Então castiga mesmo, fecha, e como disse a Noemi, ele atinge todos, desde os mais aos menos radicais.

Porque ele sente-se forte dentro [de Angola], e sente-se forte cá fora. Nós, no MPLA, acabamos de sair de uma crise, de 1963, tremenda. Savimbi¹⁶ divorciou-se da UPA, em 1964. A UPA no terreno já só tem

15 A UPA (União das Populações de Angola) foi um Movimento de Libertação fundado em 1954 com o nome UPNA (União das Populações do Norte de Angola) e teve entre as suas personalidades de destaque Holden Roberto. Englobando outros movimentos, passou a chamar-se FNLA (1962) e foi um dos três movimentos que, conjuntamente com o MPLA e a UNITA, fez oposição à colonização portuguesa em Angola, entre 1961 e 1974. Acusada pelo governo português e por outros movimentos de tribalismo, a UPA tinha uma base de apoio camponesa, e estava ideologicamente próxima da República do Congo contando, sucessivamente, também com apoio estadunidense. Num primeiro momento, e também em função das revoltas que liderou em 1961 – das quais falaremos mais à frente –, a UPA foi considerada por muitos líderes africanos como um dos interlocutores anticoloniais mais legítimos, exatamente por incluir menos assimilados e por ter uma base popular e local mais ampla, o que ia de acordo com os ideais de libertação africana de inspiração marxista e/ou socialista.

16 Jonas Savimbi (1934-2002) foi um político e guerrilheiro angolano. Depois de ter militado na UPA fundou, em 1966, a UNITA (hoje maior partido da oposição em Angola). Savimbi estudou em Lisboa, onde começou a ser perseguido pela PIDE, e

grupos esparsos, as fazendas foram reocupadas, voltaram a produzir.¹⁷ Circula-se por toda Angola, com tranquilidade, camiões e não sei quê. Portanto, a iniciativa militar foi retomada depois da contraofensiva, e agora eles passam à ofensiva política. Quer dizer, sempre estiveram, mas agora passam ao esmagamento de qualquer voz dissonante. Querem agora a voz unânime, e vão consegui-lo. Por isso que eles enganam durante muito tempo a população branca, ao ponto de ela não se dar conta de que o grande movimento de emancipação da África não ia deixar Angola de lado. Esta é a minha ideia.

NA: A nível cultural, o “escândalo” é utilizado pelo regime com o mesmo propósito...

AM: Claro, tudo o que é voz cultural que tem voz própria é arrumado. Porque a própria *Imbondeiro*, atenção, a *Imbondeiro* de 1964, embora eu estivesse fora, não é a mesma de 1959. Em 1959, era um projecto apenas cultural, neutro, híbrido, onde havia pensamentos diversos.

No *Cultura* não. No *Cultura* era em função de uma ideia em continuação da *Mensagem*, que é: a valorização dos valores africanos, lutar por uma identidade e uma cultura angolana, ao passo que a *Imbondeiro* era, digamos, um fórum onde várias correntes, ou vários autores se exprimiam. Uns, como o Henrique Abranches, que depois participou na *Cultura*, coincidiam com as nossas ideias; outros, os Garibaldino de Andrades

seguuiu para o exterior. Chegou a integrar, como Ministro das Relações Exteriores, o GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), que se queria como junção dos vários movimentos, com o fim último de libertação de Angola. Depois da Independência. Durante a Guerra Civil Angolana (1975-2002), liderou o partido, aliando-se estrategicamente ao governo do *apartheid* da África do Sul e aos Estados Unidos.

- 17 Em 1961, várias revoltas marcaram a eclosão da Guerra de Libertação. Depois de o governo português ter reprimido sangrentamente uma greve dos trabalhadores dos campos de algodão da Cotonang (em janeiro, na zona da Baixa Cassanje), com ligações com a UPA, os assaltos de 4 de Fevereiro às cadeias e postos de Luanda. Em 15 de Março do mesmo ano, já com a repressão colonial em curso, houve ataques armados – sempre liderados pela UPA – às fazendas no Norte do país. O governo deu extensa cobertura mediática à revolta e aos massacres que dela derivaram.

e não sei quê... era aquilo que nós chamávamos, naquele tempo, a arte pela arte. Porque depois havia também o grande debate ideológico da arte pela arte, naquele tempo das grandes teorias marxistas, e então nos entretínhamos muito sobre se arte pela arte devia existir, ou devia só ter uma função social.

Resumindo estes dois conceitos, enquanto nós entendíamos que a arte devia ter uma função social, para a *Imbondeiro*, a arte é arte, arte para a arte e a literatura para a literatura.

Também é preciso entender que naqueles tempos vivíamos num mundo muito maniqueísta, não é? Com o que se passava no mundo, com o mundo dividido em dois blocos, com o ocidente que realmente tinha um imperialismo ainda muito agressivo, com muitos povos ainda submetidos ao regime colonial... E depois com uma União Soviética que nós naquele tempo víamos como farol da liberdade e não víamos que também era uma potência disputando supremacia estratégica no mundo. Por isso era um tempo maniqueísta, era um tempo de muita luta. As coisas estavam muito extremadas e também não havia espaço intermédio: ou é Diabo ou é Deus.

doi: 10.9771/aa.v0i71.69894